

SR. EDITOR

Etnocídio 1

Os pesquisadores do Departamento de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi vêm a público manifestar seu repúdio às idéias do sr. Jaguaribe, veiculadas na "Folha de S. Paulo" e em O LIBERAL, de 30 de agosto.

Causa espécie que um cientista social de renome possa, em pronunciamento público, considerar que o índio é representante do "homem no estado evolutivo primitivo", devendo, portanto, ser submetido a um processo de "aculturação" capaz de arrancá-lo a tal miserável condição.

Inicialmente, cabe lembrar que, no Brasil, não existe "o índio". Existem, sim, Yanomami, Tikuna, Baré, Xavante, Xicri, Pataxo, Tiryó, Guajajara e muitos outros, num total de aproximadamente 200 povos indígenas, herdeiros de uma trajetória milenar, representando o resultado de um tipo de desenvolvimento socio-cultural e econômico diferente do modelo ocidental.

Essa diferença, que não encontra guarida no pensamento do sr. Jaguaribe, é, no entanto, reconhecida pela Constituição brasileira de 1988 que, no seu capítulo VIII, art. 231, diz: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

Através de seus pronunciamentos, além de ressuscitar o cadáver do evolucionismo social do século XIX, e de desconsiderar, simultaneamente, a Carta Magna brasileira, o sr. Jaguaribe incorre numa lamentável confusão. Utiliza em seu pleito o argumento de que "o mundo se preocupa com 200 mil índios e se esquece de 30 milhões de favelados". A "solução final" de um "problema indígena" assim delineado (?) é... acabar com o índio.

Ora, todas as tentativas de "aculturar" o indígena têm, precisamente, concorrido para transformá-lo num despossuído que, não apenas no campo mas também na periferia das cidades (Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Altamira etc), vem agravar a questão social brasileira. Esta, a única relação eventualmente observável entre um "problema indígena" e as favelas urbanas, mostra a falácia da "solução final" de Jaguaribe.

O problema dos 30 milhões de favelados, a exemplo dos problemas enfrentados pelos povos indígenas quando acudados por latifúndios, alguns do tamanho de países europeus, deriva, isto sim, das profundas desigualdades sociais que se perpetuam no país.

Pela Constituição Federal, os indígenas - enquanto indígenas - são cidadãos. Abrigar em seu seio uma comunidade étnica que só se enriquece cultural e socialmente é prova da solidez de uma nação, na medida em que se respeita a dignidade dos integrantes de seus grupos étnicos, bem como do conjunto dos cidadãos. E, ao contrário, como acreditar que uma solução etnocida seja capaz de preservar os princípios de uma nação no século XXI? Defender o etnocídio é confessar uma fraqueza. Falar em "solução final" é, ademais, abrir as portas às reminiscências de um racismo totalitário de triste memória (contra o qual - não é inútil lembrar - o Brasil também se bateu).

Roberto Santos

Etnocídio 2

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) repudia a postura racista e preconceituosa do ex-ministro da Ciência e Tecnologia, professor Hélio Jaguaribe, assumida em seminário do Exército sobre o tema "Política educacional para o Exército: ano 3000", publicada na Folha de S. Paulo, de 30 de agosto.

O professor Hélio Jaguaribe esquece que as teses por ele levantadas - e que já haviam sido preconizadas pelo ex-ministro Rangel Reis - foram enterradas com a promulgação da Constituição de 1988, que reza, em seu art. 231 Caput, que: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, língua, crenças e tradições e os direitos originários sobre as suas terras que tradicionalmente ocupam".

Compete ainda à União Federal proteger e fazer respeitar todos esses bens. Isso significa que existe no Brasil o reconhecimento da pluralidade cultural e étnica.

O professor Hélio Jaguaribe desconhece a própria legislação do seu país, propondo a integração dos índios, o que, de fato, significa a assimilação das culturas indígenas, através de um processo de dissolução dos povos indígenas na sociedade nacional, sem qualquer respeito para com a sua cultura e especificidade étnica.

Em resumo, afirmando que é preciso acabar com os índios até o ano 2000, o cientista político está propondo um etnocídio.

Enquanto existirem personalidades sem escrúpulos para sustentarem teses antiquadas e racistas como esta, é necessário que as organizações indígenas lutem e possam contar com o respaldo de organizações não-governamentais, para fazerem respeitar seus direitos mais elementares à cidadania.

Sebastião Manchinary
Coordenador geral